

**NOVO GOVERNO /** Depois de avaliar a possibilidade de garantir o aumento real do salário mínimo para 2023 e o Auxílio Brasil de R\$ 600 por meio de medida provisória, equipe de transição do governo eleito cogita voltar ao plano inicial

# Em busca da segurança na PEC

» TAÍSA MEDEIROS  
» RAPHAEL FELICE

Para garantir o aumento real do salário mínimo a partir de 2023 e a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 — o que ultrapassaria o teto de gastos em mais de R\$ 100 bilhões —, interlocutores da equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estão convictos de que o melhor caminho é mesmo por meio de uma proposta de emenda constitucional, em vez de uma medida provisória (MP), como chegou a ser cogitado na semana passada. A volta à ideia inicial é porque a PEC traz mais segurança jurídica, apesar da maior dificuldade de aprovação no Parlamento.

“A bancada vê com muita simpatia a PEC da transição porque ela dá mais segurança jurídica. Nós temos quatro regras fiscais no Brasil: a regra de ouro, a lei dos tetos dos gastos, a meta primária e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na nossa opinião, a medida provisória só resolve a questão do teto, só abre espaço para investimentos dentro da regra do teto. Então, compreendemos que é mais seguro o encaminhamento da PEC”, explicou o líder do PT na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG).

O deputado federal José Guimarães (PT-CE) afirmou que, dentro da bancada, há consenso que se mantenha como uma emenda constitucional, mas resta ser tratado com a equipe de transição, que deve começar a trabalhar amanhã com as primeiras reuniões.

Wesley Amaral/Agência Câmara



De acordo com Lopes, o presidente eleito já recebeu a minuta da PEC e deve bater o martelo até o final da semana devido à exiguidade de tempo

“A opinião que pude perceber da bancada, conversando com o líder e as reuniões que fizemos todas as opiniões, aqui na Câmara, e a minha própria conversa com Arthur Lira (PP-AL), agora há pouco, é de que será a PEC. O que nós estamos aguardando é o texto para ser entregue ao presidente (da Casa) e iniciarmos as tratativas para aprovação daquilo que é de interesse do novo governo”, afirmou.

Lira se comprometeu, com a equipe do novo governo, em

auxiliar nas negociações da PEC. Ainda não foi fechado se a tramitação se iniciará pela Câmara ou pelo Senado, mas Guimarães aposta que será analisada, primeiramente, pelos senadores. “Como a conversa foi toda lá, é bem provável que comece pela outra casa”, avalia.

## Próximos passos

Após o sinal verde de Lula e da equipe de transição sobre o

texto da PEC, o texto será repassado a Lira para que seja debatido entre os líderes das bancadas. “Vamos discutir o conteúdo ouvindo todo mundo. O que vai prevalecer não é o líder da oposição ou o do governo”, salientou Guimarães.

Segundo Lopes, Lula está com uma minuta do texto da PEC desde o último domingo e que desta semana essa definição não passa, sobretudo porque o governo eleito corre contra o

tempo para assegurar as promessas de campanha. “A PEC precisa tramitar rápido, temos prazos regimentais. Então não dá para esperar”, frisou o líder.

Lula chega esta noite a Brasília e tem encontro com Lira para discutir as prioridades do novo governo que chegarão à Câmara. Paralelamente, os técnicos da equipe de transição se reúnem amanhã com o relator-geral do Orçamento de 2023, Marcelo Castro (MDB-PI).



**Temos quatro regras fiscais no Brasil: a regra de ouro, a lei dos tetos dos gastos, a meta primária e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na nossa opinião, a medida provisória só resolve a questão do teto”**

**Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG)**, interlocutor da equipe de transição com o Congresso



**Conversando com o líder e as reuniões que fizemos todas as opiniões, aqui na Câmara, e a minha própria conversa com Arthur Lira, agora há pouco, é de que será a PEC. O que nós estamos aguardando é o texto”**

**Deputado José Guimarães (PT-CE)**, outro dos interlocutores do PT com a cúpula da Câmara

## Agro ainda é foco de resistência

Gilmar Felix/Agência Câmara



Presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, Souza verbalizou as desconfianças do setor sobre Lula

Na agenda de conversas que ocorrerão tão logo a equipe de transição esteja estabelecida e funcionando, em Brasília, o vice-presidente da República e coordenador do grupo Geraldo Alckmin (PSB) começa a trabalhar na tarefa de quebrar as resistências de setores do agronegócio — que apoiou em peso a reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) —, a fim de trazê-los para perto do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele já tem encontros marcados com o deputado Neri Geller (PP-MT), um dos interlocutores da bancada ruralista no Centrão, e com o senador Carlos Fávaro (PSD-MT) — nomes, aliás, que constam na bolsa de apostas para futuramente ocupar o Ministério da Agricultura.

Mas essa tarefa tem tudo para ser mais árdua do que calculam os integrantes da equipe de transição, pois são visíveis os sinais de que Lula enfrentará a resistência de ruralistas abrigados em partidos que devem compor o novo governo, como o MDB. Embora a equipe do PT avalie que o pragmatismo pautará esse relacionamento, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Sérgio

Souza (MDB-PR), disse não acreditar na disposição de Lula de atender às demandas do setor.

“Ele vai ter de demonstrar que é verdade o que falou na campanha, que vai cuidar do agro. Não acreditamos. Temos um Parlamento muito focado. Vai ter de sentar com a bancada para ajustar. Não vamos permitir abusos por parte de nenhum governo”, disse Souza.

O deputado não é uma voz isolada. As bancadas do MDB no Rio Grande do Sul, no Paraná e no Centro-Oeste podem ser as mais refratárias ao diálogo com Lula num primeiro momento — os ruralistas ainda lambem as feridas da derrota de Bolsonaro. Observam, porém, que as urnas consolidaram um “bolsão eleitoral” conservador, justamente numa ampla faixa da economia dos grãos e da pecuária, que chega ao interior de São Paulo e Minas Gerais.

## Reeleição

O setor conseguiu reeleger 66,3% dos 241 deputados que compõem a atual bancada do agronegócio na Câmara, índice superior ao total geral de

renovação dos mandatos, que ficou em 44,2%. Nas estimativas da FPA, os representantes do agronegócio não terão menos do que 158 deputados na próxima legislatura. Aliados de Lula na área consideram que os primeiros passos em direção à reconciliação foram dados pelo então candidato do PT ainda na reta final da campanha. Às vésperas do segundo turno, o petista dedicou um capítulo ao agronegócio na “Carta para o Brasil do Amanhã”. Prometeu forte investimento na Embrapa, financiamento e juro baixo a pequenos e médios produtores.

Mas a equipe de Lula causou mal-estar entre ruralistas ao prever uma “regulação” da produção agrícola no texto das diretrizes de governo. Ainda antes do primeiro turno, uma nova versão do documento foi apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sem o termo. Para conseguir retomar pontes, Lula foi aconselhado a reduzir acenos ao Movimento dos Sem Terra (MST), a promover a segurança no campo e a pacificar a interlocução com a China e a União Europeia, grandes mercados de grãos e carne. (Colaboraram TM e RF)

**TOME TODAS AS DOSES DA VACINA E CONTINUE SE CUIDANDO. A PANDEMIA AINDA NÃO ACABOU.**

**O COMBATE À COVID-19 A GENTE FAZ JUNTOS.**

**Acesse**  
[www.saude.df.gov.br/locaisdevacinacao](http://www.saude.df.gov.br/locaisdevacinacao)



**A dose de reforço já está disponível.**  
Saiba se você pode tomar:

